

MPMG recupera arquivos históricos e restitui ao Arquivo Público Mineiro

Fotos: MPMG



Em julho, Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais (CPPC) recuperou e entregou ao Arquivo Público Mineiro documentos históricos que estavam à venda em um site de leilões. Participaram da entrega o Promotor de Justiça e coordenador do CPPC, Marcelo Azevedo Maffra, e a historiadora do MPMG, Paula Carolina Miranda Novais.

A recuperação dos registros foi possível a partir de denúncia encaminhada ao CPPC, em abril. O denunciante apontou que documentos de origem pública estavam prestes a serem leiloados em plataforma digital. De acordo com o site, estavam sendo ofertados "livros raros, autografados, documentos e obras de arte". Os lances poderiam ser feitos no dia 30 de abril de 2021.

Amparado pelo Decreto-

Lei 25/37 e pelas Leis nº 4.845/65 e 5.471/68 que vedam a saída definitiva do país de bens tombados, de objetos de interesse arqueológico, pré-histórico, histórico, numismático e artístico; obras de arte e ofícios produzidos no Brasil até o fim do período monárquico e de livros antigos e acervos documentais, o MPMG recomendou ao leiloeiro que os documentos fossem imediatamente retirados da oferta e que os detentores apresentassem dados comprobatórios de compra/venda e da dominialidade pretérita. Foi solicitado também que os itens fossem levados ao Arquivo Público Mineiro para realização de perícia.

Prontamente, o MPMG elaborou um Parecer Técnico, em conjunto com os profissionais do Arquivo Público Mineiro, constatando que os três documentos identificados faziam referência à Revolta

da Fumaça (Sedição de Vila Rica em 1833).

A historiadora Paula Novais, especialista em Cultura e Arte e também conservadora-restauradora, fez a análise dos registros e apontou que o primeiro arquivo analisado foi emitido pela Presidência da Província para alguma autoridade em Minas Gerais, provavelmente um presidente de Câmara Municipal, traz a seguinte descrição: "A capital da Província foi mudada interinamente da Cidade de Ouro Preto para São João d'El-Rey, em consequência da Sedição (Revolta da Fumaça), que rebentou naquela cidade na noite de 22 de março. Documento sobre eleições, assinado por Bernardo Pereira de Vasconcellos, que instalou o Governo Legal em São João d'El-Rey em 5 de Abril de 1833 e devolveu a Presidência a Manuel Ignacio de Mello".

O segundo documento, manuscrito e assinado de São João de Nepomuceno, datado de 6 de abril de 1833, contém a seguinte descrição: "Estamos firmes e resolutos a não obedecer outro governo que não seja o legalmente estabelecido". De acordo com a historiadora Paula Novais, trata-se de um manifesto do Presidente da Província de Minas Gerais dirigido à Câmara da Vila de Lavras.

O terceiro e último documento analisado pela servidora do MPMG traz a seguinte descrição: "Manifesto do Presidente, da Província de Minas Gerais Manoel Ignácio de Mello e Souza em que Louva o patriotismo dos cidadãos de Lavras durante crise da Revolta da Fumaça em Ouro Preto. Assinado na Residência do Governo da Província em São João d'El-Rey, em 14 de Abril de 1833. (Com informações MPMG)